


VIOLÊNCIA EM SILÊNCIO: EVOLUÇÃO TEMPORAL DA DÉCADA DE MUDANÇAS NOS COMPORTAMENTOS DE ADOLESCENTES NAS ESCOLAS DE FORTALEZA (2009–2019)**VIOLENCE IN SILENCE: TIME EVOLUTION OF THE DECADE OF CHANGES IN ADOLESCENT BEHAVIORS IN THE SCHOOLS OF FORTALEZA (2009–2019)****VIOLENCIA EN SILENCIO: EVOLUCIÓN DEL TIEMPO DE LA DÉCADA DE CAMBIOS EN LOS COMPORTAMIENTOS DE LOS ADOLESCENTES EN LAS ESCUELAS DE FORTALEZA (2009–2019)** <https://doi.org/10.56238/rcsv15n6-001>

Data de submissão: 18/05/2025

Data de aprovação: 18/06/2025

José Helder Diniz Junior

Mestre, Universidade Federal do Ceará

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4288882434591125>**Denilson de Queiroz Cerdeira**

Doutor, UNINASSAU

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/5989527536351084>**Ivanise Freitas da Silva**

Mestre, Universidade Federal do Ceará

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1191062978296272>**Maria Aldeisa Gadelha**

Doutora, Conselho Regional de Educação Física

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6604406946003983>**Aaron Macena da Silva**

Especialista, Universidade Federal do Ceará

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2299997485377986>**Raimunda Hermelinda Maia Macena**

Pós Doutor, Universidade Federal do Ceará

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6728123164375829>**RESUMO**

Este estudo analisa a evolução temporal de indicadores de comportamento violento e exposição à violência entre adolescentes escolares de Fortaleza, no período de 2009 a 2019, com base em dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). Com abordagem quantitativa, descritiva e retrospectiva, foram investigados os seguintes indicadores: envolvimento em brigas físicas, brigas com armas, violência sexual (assédio) e relação sexual forçada. Em 2009, 13,4% dos adolescentes de Fortaleza relataram envolvimento em brigas físicas, índice que aumentou para 22,7% em 2012 e, posteriormente, caiu para 12,7% em 2019, evidenciando uma redução de 46,6% nos últimos quatro anos analisados. Brigas com armas apresentaram um crescimento inicial de 6,3% em 2009 para 7,9% em 2012, seguido por uma queda para 4,8% em 2019, totalizando uma redução de 28,4% em relação ao pico. A violência sexual, mensurada a partir de 2012, apresentou crescimento de 12,3% para 14,6% em 2019, enquanto os relatos de relação sexual forçada permaneceram relativamente estáveis: 5,9% em 2012, 6,5% em 2015 e 6,3% em 2019. Os dados revelam progressos na redução da violência física,

mas também a persistência de formas graves de violência sexual. As análises estatísticas indicaram mudanças significativas ($p < 0,05$) em diversos indicadores ao longo da década. Os resultados reforçam a importância de políticas públicas integradas, como o Programa Saúde na Escola (PSE), para promover ambientes escolares seguros e prevenir comportamentos de risco entre adolescentes.

Palavras-chave: Violência escolar. Saúde pública. Comportamento de risco. Políticas públicas.

ABSTRACT

This study analyzes the temporal evolution of indicators of violent behavior and exposure to violence among adolescent students in Fortaleza, from 2009 to 2019, based on data from the National School Health Survey (PeNSE). Using a quantitative, descriptive, and retrospective approach, the following indicators were investigated: involvement in physical fights, fights with weapons, sexual violence (harassment), and forced sexual intercourse. In 2009, 13.4% of adolescents in Fortaleza reported involvement in physical fights, a rate that increased to 22.7% in 2012 and subsequently fell to 12.7% in 2019, showing a reduction of 46.6% in the last four years analyzed. Fights with weapons showed an initial increase from 6.3% in 2009 to 7.9% in 2012, followed by a decrease to 4.8% in 2019, totaling a reduction of 28.4% compared to the peak. Sexual violence, measured from 2012 onwards, increased from 12.3% to 14.6% in 2019, while reports of forced sexual intercourse remained relatively stable: 5.9% in 2012, 6.5% in 2015 and 6.3% in 2019. The data reveal progress in reducing physical violence, but also the persistence of severe forms of sexual violence. Statistical analyses indicated significant changes ($p < 0.05$) in several indicators over the decade. The results reinforce the importance of integrated public policies, such as the Health in Schools Program (PSE), to promote safe school environments and prevent risky behavior among adolescents.

Keywords: School violence. Public health. Risk behavior. Public policies.

RESUMEN

Este estudio analiza la evolución temporal de los indicadores de comportamiento violento y exposición a la violencia en estudiantes adolescentes de Fortaleza, de 2009 a 2019, con base en datos de la Encuesta Nacional de Salud Escolar (PeNSE). Mediante un enfoque cuantitativo, descriptivo y retrospectivo, se investigaron los siguientes indicadores: participación en peleas físicas, peleas con armas, violencia sexual (acoso) y relaciones sexuales forzadas. En 2009, el 13,4% de los adolescentes de Fortaleza reportaron participación en peleas físicas, tasa que aumentó al 22,7% en 2012 y posteriormente disminuyó al 12,7% en 2019, mostrando una reducción del 46,6% en los últimos cuatro años analizados. Las peleas con armas de fuego mostraron un aumento inicial del 6,3 % en 2009 al 7,9 % en 2012, seguido de una disminución al 4,8 % en 2019, lo que representa una reducción del 28,4 % en comparación con el pico. La violencia sexual, medida a partir de 2012, aumentó del 12,3 % al 14,6 % en 2019, mientras que las denuncias de relaciones sexuales forzadas se mantuvieron relativamente estables: 5,9 % en 2012, 6,5 % en 2015 y 6,3 % en 2019. Los datos revelan avances en la reducción de la violencia física, pero también la persistencia de formas graves de violencia sexual. Los análisis estadísticos indicaron cambios significativos ($p < 0,05$) en varios indicadores a lo largo de la década. Los resultados refuerzan la importancia de las políticas públicas integradas, como el Programa de Salud en las Escuelas (PSE), para promover entornos escolares seguros y prevenir conductas de riesgo en adolescentes.

Palabras clave: Violencia escolar. Salud pública. Conductas de riesgo. Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é uma etapa crítica do desenvolvimento humano, marcada por transformações físicas, emocionais, cognitivas e sociais que influenciam profundamente os comportamentos e as interações dos jovens com o mundo ao seu redor. Nesse período, há uma intensificação na busca por autonomia, na construção da identidade e na ampliação das relações sociais, o que, em contextos de vulnerabilidade, pode favorecer a adoção de comportamentos de risco, incluindo atitudes violentas e a exposição à violência física, sexual e simbólica (Eisenstein, 2005; De Sousa, 2006; D'aurea-Tardeli, 2009; Moreira *et al.*, 2011a).

A vivência da violência na escola, seja como vítima ou como agressor, compromete diretamente o desenvolvimento saudável dos adolescentes. Diversas pesquisas demonstram que o ambiente escolar deve ser não apenas um espaço de aprendizagem acadêmica, mas também um lugar de proteção, acolhimento e promoção da cidadania (Benetti *et al.*, 2010; Moreira *et al.*, 2011b; Manfro and Isolan, 2012; Rodríguez-Fernández *et al.*, 2016). Entretanto, o que se observa, em muitas realidades brasileiras, é a persistência de práticas de exclusão, bullying, brigas físicas e até o uso de armas dentro do espaço escolar (Carvalho *et al.*, 2017; Mello *et al.*, 2017; Oliveira *et al.*, 2017; Santos and Oliveira, 2020; Armitage, 2021; Huang *et al.*, 2021; Neto *et al.*, 2021; Sabramani *et al.*, 2021; Sadjadi *et al.*, 2021; Silva *et al.*, 2021).

No Brasil, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada pelo IBGE em parceria com o Ministério da Saúde, tornou-se uma ferramenta estratégica para o monitoramento de fatores de risco e proteção entre adolescentes escolares (Malta, Silva, *et al.*, 2010; Malta, Souza, *et al.*, 2010; Penna, 2010; Oliveira *et al.*, 2017; (Ibge), 2021). Dentre os temas abordados, destacam-se os comportamentos violentos e a exposição à violência, como o envolvimento em brigas físicas, o uso de armas, a ocorrência de assédio sexual e a relação sexual forçada — indicadores que expressam tanto a vivência de situações de agressão quanto a ausência de políticas protetivas eficazes.

Em Fortaleza, capital do Ceará, esses indicadores ganham contornos ainda mais preocupantes devido à desigualdade social, ao contexto urbano marcado por altos índices de violência e às fragilidades nas políticas públicas de proteção à juventude (Cerqueira *et al.*, 2017; Ipea, 2018; (Ipea), 2019; Cerqueira *et al.*, 2019; Cerqueira and Bueno, 2020; Cerqueira, 2021; Cerqueira, D. and Bueno, S., 2024). A articulação entre educação e saúde, especialmente por meio do Programa Saúde na Escola (PSE), tem se mostrado uma estratégia promissora para o enfrentamento desses desafios, embora sua implementação enfrente obstáculos relacionados à intersetorialidade, financiamento e aceitação comunitária (Santos and Oliveira, 2020; Silva and Ribeiro, 2020; Dos Santos and Santos Adinolfi, 2021; Brasil, 2023; Fernandes *et al.*, 2023; Brasil, 2024).

Neste estudo, propõe-se analisar a evolução temporal de indicadores de comportamento

violento e exposição à violência entre adolescentes escolares de Fortaleza entre os anos de 2009 e 2019. Os dados serão comparados aos resultados do Ceará, do Nordeste e do Brasil, a fim de contextualizar as dinâmicas locais dentro do cenário nacional. A investigação busca identificar tendências, apontar possíveis impactos de políticas públicas e oferecer subsídios para o aprimoramento de ações preventivas voltadas à promoção da saúde integral dos adolescentes em ambiente escolar.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa, descritiva e de análise longitudinal, fundamentada no uso de dados secundários extraídos das quatro edições da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizadas em 2009, 2012, 2015 e 2019 (Malta, Silva, *et al.*, 2010; Malta, Souza, *et al.*, 2010; Penna, 2010; Mello *et al.*, 2017; Oliveira *et al.*, 2017; (Ibge), 2021). A PeNSE é um inquérito amostral de base populacional, aplicado a estudantes do 9º ano do ensino fundamental de escolas públicas e privadas em todo o Brasil, e tem como objetivo principal monitorar comportamentos, hábitos de vida e fatores de risco à saúde dos adolescentes.

A unidade de análise deste trabalho são os estudantes de Fortaleza, com comparações aos dados agregados do estado do Ceará, da região Nordeste e do conjunto nacional. A amostra da PeNSE é estratificada por regiões geográficas e tipo de escola (pública ou privada), garantindo representatividade estatística ((Ibge), 2021). Para efeitos deste estudo, foram selecionados quatro indicadores centrais da temática da violência entre adolescentes: (1) envolvimento em brigas físicas nos 30 dias anteriores à pesquisa; (2) envolvimento em brigas com armas brancas ou de fogo; (3) relato de violência sexual (assédio); e (4) relato de relação sexual forçada.

A análise dos dados foi realizada por meio de estatísticas descritivas e testes de tendência linear com aplicação de regressão logística para identificação de mudanças significativas nos indicadores ao longo dos anos, adotando-se nível de significância de $p < 0,05$. A ponderação amostral foi respeitada conforme os critérios do IBGE, assegurando a comparabilidade entre os diferentes anos e recortes geográficos.

No que se refere aos procedimentos éticos, por tratar-se de uma análise baseada em dados secundários de domínio público e anonimizados, este estudo está em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, não sendo necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Ainda assim, foram observados os princípios de responsabilidade social, respeito à integridade dos dados e compromisso com a interpretação crítica dos resultados.

A metodologia adotada permite não apenas a identificação de tendências ao longo do tempo, mas também a análise do impacto de políticas públicas, como o PSE, na redução ou persistência de comportamentos violentos no ambiente escolar. Dessa forma, este estudo oferece uma base empírica

robusta para o planejamento e avaliação de estratégias intersetoriais voltadas à saúde e segurança dos adolescentes em Fortaleza e no Brasil.

3 RESULTADOS

A análise dos indicadores de comportamento violento e exposição à violência entre os adolescentes de Fortaleza revela tendências significativas ao longo do tempo, com comparações com Ceará, Nordeste e Brasil. Em 2009, 13,4% dos adolescentes em Fortaleza relataram envolvimento em brigas físicas nos 30 dias anteriores à pesquisa, valor ligeiramente inferior ao observado no Ceará (14,1%) e no Nordeste (15,2%). No Brasil, o índice foi de 12,9%. Em 2012, houve um aumento expressivo em Fortaleza, com 22,7% dos adolescentes reportando envolvimento em brigas, um crescimento proporcional de 69,4% em relação a 2009. Contudo, essa alta não foi exclusiva da capital cearense, pois também ocorreu um aumento no Ceará (23,2%) e no Nordeste (24,3%).

Entre 2015 e 2019, observou-se uma redução significativa em Fortaleza, com os índices caindo de 23,8% para 12,7%, uma diminuição proporcional de 46,6%. Essa redução foi mais acentuada do que no Ceará e Nordeste, indicando potenciais efeitos positivos de campanhas preventivas e políticas públicas voltadas à redução de violência escolar.

As brigas envolvendo armas (fogo ou branca) apresentaram uma tendência inicial de aumento, com os índices em Fortaleza subindo de 6,3% em 2009 para 7,9% em 2012, um aumento proporcional de 25,4%. No entanto, os números começaram a cair em 2015, atingindo 4,8% em 2019, representando uma redução de 28,4% em comparação a 2012. Esse declínio sugere uma melhora nas políticas de segurança escolar e controle de armas em ambientes estudantis. Apesar da queda, os números ainda são alarmantes, especialmente considerando que 4,8% dos adolescentes em Fortaleza ainda relataram envolvimento em brigas com armas, um comportamento de risco significativo.

A violência sexual, incluindo assédio, foi mensurada a partir de 2012, quando 12,3% dos adolescentes de Fortaleza relataram ter sido vítimas. Esse percentual aumentou para 14,2% em 2015 e estabilizou-se em 14,6% em 2019. No Ceará e Nordeste, os índices foram semelhantes, com um leve aumento entre 2012 e 2015, seguido por uma estabilização. Embora o crescimento proporcional tenha sido pequeno (+2,8% entre 2015 e 2019), os dados revelam que cerca de 1 em cada 7 adolescentes enfrentou algum tipo de violência sexual, o que demanda ações específicas de conscientização e apoio às vítimas.

A relação sexual forçada, considerada o ato de maior gravidade dentro da violência sexual, foi reportada por 5,9% dos adolescentes em Fortaleza em 2012. Esse índice aumentou para 6,5% em 2015, um crescimento de 10,2%, antes de cair ligeiramente para 6,3% em 2019. O padrão observado em Fortaleza foi consistente com as tendências no Ceará, Nordeste e Brasil. Essa estabilização, contudo,

não é motivo de complacência, considerando que os casos ainda envolvem uma proporção preocupante de adolescentes, com maiores taxas entre meninas e estudantes de escolas públicas. Os resultados indicam que, embora algumas formas de violência (como as brigas físicas e com armas) tenham apresentado queda significativa em Fortaleza entre 2015 e 2019, os indicadores de violência sexual e relações forçadas permanecem elevados e, em alguns casos, apresentam tendência de estabilização em níveis preocupantes.

Os testes de tendência linear por regressão logística realizados para os indicadores de comportamento violento e exposição à violência em Fortaleza indicaram que as mudanças observadas nos indicadores ao longo do tempo foram estatisticamente significativas ($p < 0,05$) na maioria dos casos. O envolvimento em brigas físicas apresentou mudanças estatisticamente significativas. Após um aumento de 13,4% em 2009 para 22,7% em 2012 (+69,4%), houve uma redução acentuada para 12,7% em 2019 (-46,6%). A significância estatística sugere que as intervenções, como programas de mediação de conflitos e campanhas de conscientização, podem ter contribuído para a redução desse comportamento entre os adolescentes. O indicador de brigas envolvendo armas (fogo ou branca) também mostrou mudanças significativas ao longo do período. A taxa em Fortaleza aumentou de 6,3% em 2009 para 7,9% em 2012 (+25,4%), seguida por uma redução para 4,8% em 2019 (-28,4%). Esses resultados confirmam a efetividade de ações preventivas e o fortalecimento de políticas de segurança escolar, embora o índice ainda permaneça preocupante.

Tabela 1 - Indicadores de comportamento violento e exposição à violência, oriundos das Pesquisas Nacionais de Saúde do Escolar, de adolescentes escolares de Fortaleza, Ceará, Nordeste e Brasil (2009-2019). Fortaleza/Ce, 2024.

Indicador	Ano	Fortaleza (%)	Ceará (%)	Nordeste (%)	Brasil (%)	Diferença % (Fortaleza)
Envolvimento em brigas físicas	2009	13,4	14,1	15,2	12,9	-
	2012	22,7	23,2	24,3	23,8	+69,4
	2015	23,8	22,4	23,7	25,3	+4,8
	2019	12,7	13,1	14,4	10,6	-46,6
Brigas com armas (fogo ou branca)	2009	6,3	7,1	6,8	6,1	-
	2012	7,9	8,5	7,5	7,3	+25,4
	2015	6,7	6,9	6,2	4,8	-15,2
	2019	4,8	5,1	4,9	4,6	-28,4
Violência sexual (assédio)	2009	-	-	-	-	-
	2012	12,3	12,5	13,1	14,1	-
	2015	14,2	13,7	13,9	15,3	+15,4
	2019	14,6	14,1	14,8	14,6	+2,8
Relação sexual forçada	2009	-	-	-	-	-
	2012	5,9	6,1	6,2	6,4	-
	2015	6,5	6,3	6,4	6,5	+10,2
	2019	6,3	6,2	6,1	6,3	-3,1

Fonte: PeNSE (2009, 2012, 2015 e 2019), uma pesquisa oficial conduzida pelo IBGE e Ministério da Saúde.

Nota: Foram realizados testes de tendência linear e regressão logística para verificar a significância das mudanças nos indicadores entre os anos. O nível de significância adotado foi $p < 0,05$. A diferença percentual ponderada refere-se as modificações das proporções ao longo dos anos, considerando a ponderação amostral/ano após estratificação.

A prevalência de violência sexual (assédio) aumentou de 12,3% em 2012 para 14,6% em 2019 (+18,7%), e essa mudança foi estatisticamente significativa. Esse dado evidencia uma maior conscientização e registro de casos, possivelmente impulsionado por campanhas de combate à violência de gênero e criação de canais de denúncia, mas também indica a persistência de comportamentos inadequados em ambientes escolares. A proporção de adolescentes que relataram ter sido vítimas de relação sexual forçada passou de 5,9% em 2012 para 6,5% em 2015 (+10,2%), e recuou levemente para 6,3% em 2019 (-3,1%). Embora a estabilização em 2019 seja estatisticamente significativa, os números indicam uma necessidade urgente de políticas mais robustas para combater essa forma grave de violência.

A análise estatística confirma que as mudanças observadas foram estatisticamente significativas, refletindo os impactos de políticas públicas e iniciativas de conscientização. Esses achados ressaltam a necessidade de estratégias específicas voltadas à proteção de adolescentes, com foco em ambientes escolares mais seguros, fortalecimento de campanhas educativas e ampliação do suporte às vítimas de violência sexual e física. A continuidade e ampliação dessas políticas são essenciais para mitigar os riscos à saúde física e psicológica dos jovens em Fortaleza e em todo o Brasil.

4 DISCUSSÃO

Os resultados da análise temporal dos indicadores de comportamento violento e exposição à violência entre adolescentes escolares de Fortaleza entre 2009 e 2019 evidenciam avanços importantes, especialmente na redução do envolvimento em brigas físicas e brigas com armas. Essa tendência positiva sugere que políticas públicas voltadas à segurança escolar e à mediação de conflitos, como o Programa Saúde na Escola (PSE) e campanhas de prevenção à violência, têm contribuído para a diminuição de comportamentos agressivos no ambiente escolar (Malta, Silva, *et al.*, 2010; Mello *et al.*, 2017; Aboagye *et al.*, 2021; Aguilera-Jiménez *et al.*, 2021; Carroll *et al.*, 2021; Islam *et al.*, 2021; Skafida *et al.*, 2021).

Em 2009, 13,4% dos adolescentes de Fortaleza relataram envolvimento em brigas físicas, índice que subiu para 22,7% em 2012, mas que apresentou redução significativa para 12,7% em 2019. Essa queda de 46,6% entre 2015 e 2019 representa o maior recuo proporcional entre os anos analisados e é superior ao registrado no Ceará, no Nordeste e no Brasil. Essa diferença sugere que estratégias locais podem ter sido mais eficazes, indicando maior articulação intersetorial ou melhor implementação das ações educativas.

O envolvimento em brigas com armas (fogo ou branca) também apresentou uma queda expressiva, passando de 7,9% em 2012 para 4,8% em 2019, uma redução proporcional de 28,4%.

Embora ainda preocupante, esse declínio reforça a importância de ações preventivas no espaço escolar, especialmente aquelas que envolvem o controle de acesso a armas e a promoção de ambientes escolares seguros e acolhedores. Ainda assim, o fato de quase 5% dos adolescentes ainda se envolverem em situações de violência armada indica que os riscos permanecem relevantes (Cerqueira *et al.*, 2017; Ipea, 2018; (Ipea), 2019; Cerqueira *et al.*, 2019; Cerqueira and Bueno, 2020; Cerqueira, 2021; Cerqueira, D. and Bueno, S. C., 2024).

Por outro lado, os dados sobre violência sexual revelam uma tendência de estabilização em patamares elevados. A proporção de adolescentes que relataram ter sofrido assédio sexual subiu de 12,3% em 2012 para 14,6% em 2019, enquanto os relatos de relação sexual forçada variaram de 5,9% em 2012 para 6,3% em 2019. Essa estabilidade sugere que, apesar de maior visibilidade e campanhas de conscientização, as ações de enfrentamento à violência sexual ainda não têm sido suficientemente eficazes para provocar mudanças significativas (Mchome *et al.*, 2020; Amongin *et al.*, 2021; DUBY *et al.*, 2021; Ellsberg *et al.*, 2021; Zielinski *et al.*, 2021).

É importante destacar que a violência sexual tende a ser subnotificada devido ao medo, vergonha e estigmatização das vítimas, especialmente em ambientes escolares onde o suporte institucional nem sempre está estruturado para acolher os relatos (Malta, Souza, *et al.*, 2010; Duque and Teixeira, 2016; Neto *et al.*, 2021; Skafida *et al.*, 2021). A ausência de queda expressiva nesses indicadores aponta para a urgência de se consolidar políticas de escuta qualificada e apoio psicossocial, bem como ações formativas para professores e gestores escolares sobre a prevenção e o enfrentamento da violência de gênero.

As diferenças observadas entre Fortaleza, o Ceará, o Nordeste e o Brasil indicam que fatores regionais e locais exercem influência decisiva sobre os indicadores. A realidade socioeconômica, o nível de escolaridade familiar, a urbanização desordenada e a presença ou ausência de políticas públicas estruturadas impactam diretamente os comportamentos dos adolescentes. Nesse sentido, a análise comparativa permite identificar tanto os avanços regionais quanto as fragilidades persistentes.

A intersetorialidade, proposta central do PSE, aparece como um dos principais elementos para o sucesso das ações preventivas. No entanto, sua implementação ainda encontra obstáculos como a falta de comunicação entre os setores, a descontinuidade de projetos e a carência de recursos humanos capacitados (Figueiredo *et al.*, 2010; Correia *et al.*, 2011; Dias *et al.*, 2016; Saúde and Educação, 2017; Brasil, 2018; Ronchi *et al.*, 2018; Silva and Andrade, 2018; Dias *et al.*, 2020; Menezes and Saúde, 2020; Santos and Oliveira, 2020; Silva and Ribeiro, 2020; Fernandes *et al.*, 2023; Brasil, 2024). A efetividade do programa depende de sua consolidação como política de Estado, e não apenas como uma iniciativa pontual ou de governo.

Por fim, os resultados reforçam que a violência escolar, em suas múltiplas formas, é um

fenômeno complexo e multifatorial, que demanda respostas igualmente integradas e sustentáveis. A escola deve ser fortalecida como espaço de proteção, diálogo e construção de cidadania, e as políticas públicas precisam ser territorializadas, levando em conta as especificidades culturais, sociais e econômicas das comunidades escolares.

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados e nas generalizações decorrentes de suas conclusões. A primeira limitação refere-se ao uso de dados secundários oriundos da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). Embora a PeNSE seja uma fonte robusta e de abrangência nacional, sua natureza transversal e autorreferida impõe restrições quanto à profundidade da análise e à precisão das informações relatadas pelos adolescentes.

Outro fator limitante está relacionado à possibilidade de viés de informação, especialmente em relação a temas sensíveis como violência sexual e uso de armas. Os adolescentes podem omitir ou distorcer suas respostas por vergonha, medo de julgamento ou desconhecimento sobre o significado exato das perguntas, o que pode comprometer a fidedignidade dos dados coletados.

Além disso, a pesquisa está limitada ao contexto urbano da cidade de Fortaleza, o que restringe a extrapolação dos resultados para outras regiões do Brasil, especialmente áreas rurais ou municípios com diferentes perfis socioeconômicos e culturais. Embora tenha sido feita a comparação com dados do Ceará, Nordeste e Brasil, o enfoque local impede conclusões generalistas sobre a efetividade das políticas públicas em outras localidades.

Também cabe destacar que, apesar da análise temporal, a pesquisa não permite estabelecer relações de causa e efeito entre a implementação das políticas públicas e os indicadores de comportamento violento. As mudanças observadas podem estar associadas a múltiplas variáveis não controladas no escopo deste estudo, como dinâmicas familiares, acesso à mídia, religiosidade, ou outros programas sociais em paralelo.

Por fim, a ausência de dados qualitativos representa outra limitação, pois restringe a compreensão dos significados atribuídos pelos adolescentes às situações de violência vivenciadas. A integração de abordagens qualitativas poderia enriquecer a análise, revelando aspectos subjetivos importantes para o planejamento de políticas mais sensíveis à realidade dos jovens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da evolução temporal dos indicadores de comportamento violento e exposição à violência entre adolescentes escolares de Fortaleza entre 2009 e 2019 evidencia que, apesar de avanços importantes em algumas áreas, como a redução do envolvimento em brigas físicas e com armas, os desafios ainda são significativos, especialmente no enfrentamento à violência sexual. Os resultados obtidos apontam para um contexto complexo, em que múltiplos fatores sociais, econômicos, culturais

e institucionais se entrelaçam e influenciam diretamente o comportamento dos adolescentes em ambiente escolar.

O expressivo declínio nos indicadores de violência física sugere que iniciativas intersetoriais, como as promovidas pelo Programa Saúde na Escola (PSE), podem ter contribuído para o fortalecimento de ações de prevenção, mediação de conflitos e promoção da cultura de paz nas escolas. No entanto, a persistência de altos índices de violência sexual revela limitações na implementação de políticas protetivas, especialmente no que diz respeito ao acolhimento das vítimas, à denúncia dos casos e ao desenvolvimento de estratégias eficazes de enfrentamento da violência de gênero.

A estabilização de certos indicadores em patamares preocupantes reforça a necessidade de aprofundamento de políticas públicas que ultrapassem ações pontuais e se configurem como processos contínuos e integrados à realidade escolar. Isso exige o fortalecimento da articulação entre os setores da saúde, educação e assistência social, além da valorização da formação permanente dos profissionais envolvidos na execução das políticas.

É fundamental que o ambiente escolar seja compreendido como um espaço estratégico de promoção da saúde e de transformação social, no qual os adolescentes possam desenvolver sua autonomia, consciência crítica e senso de responsabilidade coletiva. Para isso, é necessário investir na ampliação do acesso à informação, no fortalecimento dos vínculos com os serviços de saúde e na criação de canais efetivos de escuta e apoio.

Por fim, a continuidade e o aprimoramento do monitoramento por meio da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), associados à análise dos Planos Plurianuais (PPA), são essenciais para subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes e territorializadas. Os dados aqui analisados revelam que, embora haja motivos para otimismo, os esforços devem ser intensificados para garantir que todas as formas de violência no ambiente escolar sejam prevenidas, enfrentadas e superadas.

REFERÊNCIAS

- (IBGE), I. B. D. G. E. E. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2019**. Rio de Janeiro: IBGE 2021.
- (IPEA), I. D. P. E. A. **Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros**. Brasília 2019.
- ABOAGYE, R. G. et al. Bullying Victimization among In-School Adolescents in Ghana: Analysis of Prevalence and Correlates from the Global School-Based Health Survey. **Healthcare (Basel)**, v. 9, n. 3, Mar 7 2021. ISSN 2227-9032 (Print) 2227-9032 (Electronic) 2227-9032 (Linking).
- AGUILERA-JIMÉNEZ, N. et al. Relationships of Adolescent and Young Couples with Violent Behaviors: Conflict Resolution Strategies. In: (Ed.). **Int J Environ Res Public Health**, v.18, 2021. ISBN 1660-4601 (Electronic) 1661-7827 (Print) 1660-4601 (Linking).
- AMONGIN, D. et al. "... I would have left that man long time ago but, ..." exploring circumstances of and motivators for repeat adolescent birth in Eastern Uganda. In: (Ed.). **Arch Public Health: © 2021. The Author(s)**. v.79, 2021. p.142. ISBN 0778-7367 (Print)2049-3258 (Electronic)0778-7367 (Linking).
- ARMITAGE, R. Bullying in children: impact on child health. In: (Ed.). **BMJ Paediatr Open: © Author(s) (or their employer(s)) 2021**. Re-use permitted under CC BY-NC. No commercial re-use. See rights and permissions. Published by BMJ., v.5, 2021. p.e000939. ISBN 2399-9772 (Electronic) 2399-9772 (Linking).
- BENETTI, S. P. D. C. et al. Problemas de saúde mental na adolescência: características familiares, eventos traumáticos e violência. **Psico-usf**, v. 15, n. 3, p. 321-332, 2010. ISSN 1413-8271.
- BRASIL. **NOTA TÉCNICA Nº 5/2023-CGEDESS/DEPPROS/SAPS/MS. Documento Orientador do Programa Saúde na Escola: Indicadores e Padrões de Avaliação do Ciclo 2023/2024**. Brasília 2023.
- _____. **Programa Saúde na Escola (PSE) 2024**.
- BRASIL, M. D. S. Programa Saúde na Escola (PSE). 2018. Available at: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pse>>.
- CARROLL, D. et al. Mental health of adolescents in Myanmar: A systematic review of prevalence, determinants and interventions Gender Differences in the Prevalence of and Factors Related to Non-Suicidal Self-Injury among Middle and High School Students in South Korea. In: (Ed.). **Asian J Psychiatr**. Netherlands: © 2021 The Author(s). Published by Elsevier B.V, v.61, 2021. p.102650. ISBN 1876-2026 (Electronic) 1876-2018 (Linking) 1660-4601 (Electronic) 1661-7827 (Print) 1660-4601 (Linking).
- CARVALHO, R. G. et al. Relações de amizade e autoconceito na adolescência: um estudo exploratório em contexto escolar. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 34, p. 379-388, 2017. ISSN 0103-166X.
- CERQUEIRA, D.; BUENO, S. Atlas da violência 2024. In: (Ed.). Brasília, 2024. p.129.
- CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência 2019**. Brasília: IPEA 2019.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. C. **Atlas da violência 2024**. Brasília: IPEA; FBSP, 2024. 129.

CERQUEIRA, D. et al. Atlas da violência 2017. 2017.

CERQUEIRA, D. E. A. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP 2021.

CERQUEIRA, D. R. D. C.; BUENO, S. Atlas da violência 2020. In: (Ed.). **Atlas da violência 2020**, 2020. p.91-91.

CORREIA, V. R. et al. Saúde mental na atenção básica: prática da equipe de saúde da família. **Rev. esc. enferm. USP**, v. 45, n. 6, p. 1501-1506, 12/2011 2011. ISSN 0080-6234. Available at: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342011000600032 >.

DE SOUSA, P. M. L. Desenvolvimento moral na adolescência. 2006.

DIAS, B. C. D. et al. Programa Saúde na Escola (PSE): o processo de formação dos profissionais no município do Crato, Ceará, Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 9, p. 64188-64201, 2020. ISSN 2525-8761.

DIAS, M. S. D. A. et al. Colaboração interprofissional no projeto saúde e prevenção na escola. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 1789-1798, 2016. ISSN 1413-8123.

DOS SANTOS, E. M.; SANTOS ADINOLFI, V. T. A saúde escolar do final do século XVIII ao programa saúde na escola, do paradigma do higienismo à saúde coletiva. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 20, n. 3, 2021. ISSN 1579-1513.

DUBY, Z. et al. "As a Young Pregnant Girl... The Challenges You Face": Exploring the Intersection Between Mental Health and Sexual and Reproductive Health Amongst Adolescent Girls and Young Women in South Africa. **AIDS Behav**, v. 25, n. 2, p. 344-353, Feb 2021. ISSN 1573-3254 (Electronic) 1090-7165 (Print) 1090-7165 (Linking).

DUQUE, E.; TEIXIDO, J. Bullying and Gender. Prevention from School Organization. **Remie-Multidisciplinary Journal of Educational Research**, v. 6, n. 2, p. 176-204, Jun 2016. ISSN 2014-2862. Available at: < <Go to ISI>://WOS:000378332800004 >.

D'AUREA-TARDELI, D. Adolescência, personalidade e projeto de vida solidário. **Crise de valores ou valores em crise**, p. 70-88, 2009.

EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência e Saúde**, v. 2, n. 2, p. 6-7, 2005.

ELLSBERG, M. et al. "If You Are Born a Girl in This Crisis, You Are Born a Problem": Patterns and Drivers of Violence Against Women and Girls in Conflict-Affected South Sudan Youth Relationships in the Era of COVID-19: A Mixed-Methods Study Among Adolescent Girls and Young Women in Kenya. In: (Ed.). **Violence Against Women**. United States: © 2021 Society for Adolescent Health and Medicine. Published by Elsevier Inc, 2021. p.1077801221996463. ISBN 1552-8448 (Electronic) 1077-8012 (Linking) 1879-1972 (Electronic) 1054-139X (Print) 1054-139X (Linking).

FERNANDES, L. A. et al. Promoção da saúde e intersetorialidade na escola: a monumental ambição do Programa Saúde na Escola. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 5-8, 2023. ISSN 0103-1104.

FIGUEIREDO, T. A. M. D.; MACHADO, V. L. T.; ABREU, M. M. S. D. A saúde na escola: um breve resgate histórico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 397-402, 2010. ISSN 1413-8123.

HUANG, J. et al. Cyberbullying in Social Media and Online Games among Chinese College Students and Its Associated Factors. **Int J Environ Res Public Health**, v. 18, n. 9, Apr 30 2021. ISSN 1660-4601 (Electronic) 1661-7827 (Print) 1660-4601 (Linking).

IPEA. **Atlas da Violência 2018**: Acesso 2018.

ISLAM, M. I. et al. Estimating income-related and area-based inequalities in mental health among nationally representative adolescents in Australia: The concentration index approach. In: (Ed.). **PLoS One**, v.16, 2021. p.e0257573. ISBN 1932-6203 (Electronic) 1932-6203 (Linking).

MALTA, D. C. et al. Bullying nas escolas brasileiras: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 3065-3076, 2010. ISSN 1413-8123.

_____. Vivência de violência entre escolares brasileiros: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 3053-3063, 2010. ISSN 1413-8123.

MANFRO, G. G.; ISOLAN, L. R. **Ansiedade na infância e adolescência e bullying escolar em uma amostra comunitária de crianças e adolescentes**. 2012. 166 Tese (Doutorado). Ciências médicas,

MCHOME, Z. et al. "Don't You Think It Is Violence Forcing Me to Have Sex While Not Happy?" Women's Conceptualization of Enjoyable Sex and Sexual Intimate Partner Violence in Mwanza, Tanzania. In: (Ed.). **Int J Environ Res Public Health**, v.17, 2020. ISBN 1660-4601 (Electronic) 1661-7827 (Print) 1660-4601 (Linking).

MELLO, F. C. M. et al. A prática de bullying entre escolares brasileiros e fatores associados, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 2939-2948, 2017. ISSN 1413-8123.

MENEZES, E. T. D.; SAÚDE, M. D. **Verbete PNSE (Programa Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Programa Saúde na Escola: guia operacional)**. Brasília: Ministério da Saúde 2020.

MOREIRA, J. O.; ROSÁRIO, Â. B.; SANTOS, A. P. Juventude e adolescência: considerações preliminares. v. 42, n. 4, p. 457-464, 2011a. ISSN 0103-5371. Available at: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/8943/7450> >. Accessed on: 17/05/2019.

_____. Juventude e adolescência: considerações preliminares. **Psico**, v. 42, n. 4, p. 457-464, 2011b. ISSN 0103-5371. Available at: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/8943/7450> >. Accessed on: 17/05/2019.

NETO, W. F. N. et al. Violência sexual infantil: Estratégias extensionistas de prevenção e enfrentamento no contexto escolar. V Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar, 2021, Mineiros. Unifimes.

OLIVEIRA, M. M. D. et al. Características da pesquisa nacional de saúde do escolar-PeNSE. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 26, p. 605-616, 2017. ISSN 2237-9622.

PENNA, G. O. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2010.**

RODRÍGUEZ-FERNÁNDEZ, A. et al. Bienestar subjetivo en la adolescencia: el papel de la resiliencia, el autoconcepto y el apoyo social percibido. **Suma Psicológica**, v. 23, n. 1, p. 60-69, 2016-01-01 2016. ISSN 0121-4381. Available at: < <https://doi.org/10.1016/j.sumpsi.2016.02.002> >. Accessed on: 2021-10-28T13:25:35.

RONCHI, J. P.; IGLESIAS, A.; AVELLAR, L. Z. Interface entre educação e saúde: revisão sobre o psicólogo na escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 3, p. 613-620, 2018-12-01 2018. ISSN 2175-3539. Accessed on: 2022-06-10T01:07:54.

SABRAMANI, V. et al. Bullying and Its Associated Individual, Peer, Family and School Factors: Evidence from Malaysian National Secondary School Students. In: (Ed.). **Int J Environ Res Public Health**, v.18, 2021. ISBN 1660-4601 (Electronic) 1661-7827 (Print) 1660-4601 (Linking).

SADJADI, M. et al. Barriers and facilitators to the implementation of Health-Promoting School programmes targeting bullying and violence: a systematic review. **Health education research**, v. 36, n. 5, p. 581-599, 2021. ISSN 0268-1153.

SANTOS, T. R.; OLIVEIRA, L. M. **A intersetorialidade no Programa Saúde na Escola: desafios para a promoção de saúde no ambiente escolar.**: Revista Brasileira de Saúde Escolar. 12: 55-63 p. 2020.

SAÚDE, B. M. D.; EDUCAÇÃO, M. D. Portaria Interministerial nº 1.055, de 25 de abril de 2017. Redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola-PSE por estados, Distrito Federal e municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações. **Diário Oficial da União**, 2017.

SILVA, A. P.; ANDRADE, M. F. **Desafios e potencialidades do Programa Saúde na Escola em regiões rurais do Brasil.**: Cadernos de Saúde Pública. 34: 234-241 p. 2018.

SILVA, L. et al. Gender violence against woman nursing students: a cross-sectional study Bullying in adolescents: role, type of violence and determinants Gender-based violence during the COVID-19 pandemic response in Italy. In: (Ed.). **Rev Bras Enferm.** Brazil, v.74, 2021. p.e20200539. ISBN 1984-0446 (Electronic) 0034-7167 (Linking) 1980-220X (Electronic) 0080-6234 (Linking) 2047-2986 (Electronic) 2047-2978 (Print) 2047-2978 (Linking).

SILVA, T. C.; RIBEIRO, J. F. **Avaliação contínua de políticas públicas e a adaptação regional do Programa Saúde na Escola.**: Revista Brasileira de Saúde e Educação. 15: 205-213 p. 2020.

SKAFIDA, V. et al. Prevalence and Social Inequality in Experiences of Domestic Abuse Among Mothers of Young Children: A Study Using National Survey Data from Scotland Violence at School and Bullying in School Environments in Peru: Analysis of a Virtual Platform. **J Interpers Violence**, v. 11, p. 886260520980392, Jan 8 2021. ISSN 1552-6518 (Electronic) 0886-2605 (Linking) 1664-1078 (Print) 1664-1078 (Electronic) 1664-1078 (Linking).

ZIELINSKI, M. J.; KARLSSON, M. E.; BRIDGES, A. J. "I'm not alone, my story matters": Incarcerated women's perspectives on the impact and acceptability of group psychotherapy involving imaginal exposure to sexual assault memories. In: (Ed.). **Health Justice**: © 2021. The Author(s). v.9, 2021. p.25. ISBN 2194-7899 (Print) 2194-7899 (Electronic) 2194-7899 (Linking).